

# ESPLANADA GERAL

SINDSEP-DF

WWW.SINDSEP-DF.COM.BR

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO DF

E-MAIL: IMPRENSA@SINDSEP-DF.COM.BR



QUINTA – 11 DE SETEMBRO: ASSEMBLÉIA DO BACEN ACEITA PROPOSTA DE ACORDO COM O GOVERNO

## Lutando contra a Reforma da Previdência e pelo Plano de Carreira

Estamos publicando neste jornal um balanço da greve dos servidores do Banco Central. Acreditamos que a lição dada pelos servidores do Banco Central sirva para todos nós, mostrando que

a união e a disposição poderão vencer o governo e arrancar as reivindicações.

Afinal, o governo acha que pode tudo. Ele tentará referendar a Reforma da Previdência, sem nenhuma mudança, no Se-

nado. Ele remeteu um projeto de orçamento onde não há espaço para a implantação do nosso plano de carreira nem para o reajuste dos servidores. A greve do Banco Central mostrou que tudo

isso pode ser mudado, depende de nossa mobilização.

O SINDSEP-DF está junto com a CONDSEF na mobilização contra a Reforma da Previdência e estaremos participando da mobilização e da caravana que virá a Brasília na ocasião da votação da Reforma no Senado. Nesta ocasião estaremos também fazendo uma mobilização

para garantir o nosso plano de carreira.

Para preparar estas mobilizações o SINDSEP está fazendo uma consulta aos seus filiados onde cada um poderá opinar sobre estas lutas e sobre como conduzi-las. Na Assembléia desta quarta-feira estaremos apresentando os primeiros resultados da pesquisa e votando sobre os próximos passos de nossa luta.

*Veja as informações do Jurídico e outras questões no Site do Sindicato.*

[www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br)

**ASSEMBLÉIA-GERAL DO SINDSEP**  
**(QUARTA-FEIRA) 17/9, ÀS 12H, ESPAÇO DO SERVIDOR**

# A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ECONÔMICA DOS PAÍSES

Os capitalistas dos países tidos como desenvolvidos ou ricos, buscam manter seus lucros usurpando as populações dos outros. As formas encontradas do ponto de vista do capital são os organismos internacionais conduzidos pelos banqueiros (FMI, BIRD, Banco Mundial e outros), através de empréstimos com juros altos e cláusulas que impõe metas que lhes favoreçam. Exemplos: Reforma da Previdência que busca criar os Fundos de Pensões Complementar; convênios/parcerias de projetos de prestação de serviços para precarizar a mão de obra; consultores nacionais ou internacionais sem vínculo empregatício com altos salários.

## O que são “Mercados Comuns?”

A outra forma econômica para sugar a mão de obra dos países atrasados é a dos Mercados Comuns (OMC, NAFTA, MERCOSUL e MCE). Destacamos aqui o papel da OMC que dita e regula os mercados já existentes e define barreiras para os produtos dos países que não estão compondo esses mercados. Ultimamente temos visto ações e pressões dos EUA

sobre os países Latinos, em particular o Brasil, no sentido de fazer com que os mesmos se incorporem na tentativa de criação de um novo mercado comum, que eles chamam de Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. A ALCA favorecerá os EUA, cujas empresas vão colocar seus produtos sem restrições alfandegárias e com isenções fiscais, ao mesmo

tempo impõem aos demais países barreiras alfandegárias e fiscais. São eles (EUA) quem ditam quais os produtos que poderão ser comercializados para exportação, sendo que os deles devem ser liberados. Além disso, a ALCA visa destruir os direitos trabalhistas e cria uma mão de obra barata e precarizada (sem direitos trabalhistas e sociais).

## Porque das Guerras

Sobre o manto do combate ao terrorismo eles criam as condições para deflagrar guerras em países que queiram dominar economicamente, além de serem estratégicos do ponto de vista geográfico; invadem países matando milhares de inocentes e com isso também cumprem um outro objetivo que é aumento da produção armamentista, para aumentarem o lucro dos fabricantes de armas.

A segunda estratégia de ocupação para “dominarem o mundo”, é a implantação de bases militares em países estratégicos. Eles usam de subterfúgios: nos países da região Amazônica eles dizem que é necessário combater o Narcotráfico, com isso instalam bases militares que servirão essencialmente para inserirem seus órgãos de espionagem e conhecerem melhor a região e a área desses países.

## E no Brasil?

Aqui no Brasil desde o Governo Collor passando por FHC foi doada uma área de 50 hectares e posteriormente ampliada para 70 hectares em Alcântara, município do Maranhão aos americanos para que eles instalassem sua Base Militar, sem que os brasileiros não pudessem entrar sem a autorização deles. Na desapropriação dessa área foram retiradas várias famílias de pescadores, nativos e negros, que viviam dos produtos naturais, como pesca e plantio, essa comunidade foi jogado em outra área que nada lhes oferece para sua subsistência, tanto do ponto de vista cultural e alimentar. Com muita luta agora no Governo Lula conseguimos uma vitória, retirar os direitos exclusivistas dos americanos e resgatar o local para pesquisa brasileira.

## E a luta?

Contra toda essa tentativa dos setores exploradores existem vários movimentos e organizações nacionais e internacionais que defendem e lutam pela defesa da soberania dos povos, contra os mercados comuns, contra as guerras, contra a espionagem militar, contra a miséria e a fome, contra a exploração e a precarização. Aqui no Brasil as entidades representativas do movimento sindical, partidos, movimentos sociais e igrejas, que vem desenvol-

vendo diversas atividades, como debates, abaixo assinados, manifestações e eventos.

Tendo como eixo: Contra a invasão Americana na Base de Alcântara, não a ALCA, contra o pagamento dos juros da Dívida Externa e em defesa da Amazônia brasileira e latina. Para tanto está sendo novamente desencadeado a coleta de assinatura para o abaixo assinado contra a ALCA e contra a invasão americana em Alcântara. Participe dessas atividades e assine o abaixo assinado pela soberania nacional.

**Dia 13/11 será o Dia Mundial Contra a ALCA e OMC**

## QUAIS AS BASES DA PROPOSTA DE DPC?

O SINDSEP/DF está desenvolvendo uma campanha pela implementação do Plano de Carreira, em especial para os servidores do PCC, a grande maioria da categoria. Estabelecemos abaixo, propostas para construção das Diretrizes do Plano de Carreira, que devem nortear esta importante discussão.

**1** Queremos que os trabalhadores tenham acesso ao serviço público. Todos devem participar, no controle, nas decisões, garantido o direito a um atendimento qualitativo.

**2** É fundamental a garantia de abertura de concursos públicos e que seja a única forma de entrada dos servidores para ocupação de cargos e desenvolvimento em uma carreira específica. Somente a abertura dos concursos garantirá uma proporção correta e equânime entre aposentados e inativos.

**3** Queremos discutir acordos coletivos. Hoje nos foi tirado até o direito de reajuste salarial. Isso deve acabar. Deve haver possibilidade de recomposição das perdas e de ganhos reais que só podem ser alcançadas através de um Plano de Carreira digno sob a ótica dos trabalhadores.

**4** Não aceitamos ficar à mercê de cada governo. Como profissionais do Estado, devemos compromisso à contribuição dos trabalhadores. É necessário resgatar a estabilidade e criar meios que nos dêem a autonomia necessária para uma atuação comprometida com nossas funções.

**5** É necessário garantir o cumprimento da Constituição. Mesmo com a aprovação da Emenda Constitucional 19/98, há base legal para a constituição de Planos de Carreira. Diz o artigo 39, parágrafo primeiro: “afixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira”. Precisamos regulamentar isso com propostas de interesse dos trabalhadores e não de interesse do capital, como faz FHC.

**6** Reivindicamos que os cargos tenham uma associação direta com as tarefas e funções, pois são “o conjunto de tarefas ou atribuições e responsabilidades, a serem exercidas por uma pessoa durante certo período de tempo”. Isso será um remédio contra os desvios de funções. Para nós as carreiras devem ser estabelecidas, em todos que forem possível. Pela correlação dos cargos em toda a administração pública e não em cada órgão específico. Não concordamos com a lógica da MP 2048, que subjugou o servidor a uma carreira de um órgão específico. Não concordamos com a lógica da MP 0 immobilizando e facilitando a punição, a perseguição e as demissões.

**7** Reivindicamos fixações de remunerações, regras para promoções (garantindo sempre a mobilidade), critérios para as transferências, treinamento e qualificação. São elementos-chaves para o desenvolvimento do servidor e para a qualificação dos servidores públicos. Além disso, queremos avaliações permanentes, transparentes, democráticas. O modelo da MP 2048 é de avaliar para reprimir, penalizar. Nosso modelo de avaliação deve ser qualificar, resolver problemas individuais e coletivos, ampliar a qualidade dos serviços.

**RESULTADO PARCIAL DA PESQUISA DO SINDICATO**

MIN. DO PLANEJAMENTO	ÓRGÃOS REGIONAIS
Concorda: 19	Concorda: 18
Não concorda: 00	Não concorda: 11
Sem opinião: 05	Sem opinião: 04
Branco: 00	Branco: 00
Nulo: 02	Nulo: 02

## CAMPANHA DE FILIAÇÃO

### FORTALECER O SINDSEP

*O SINDSEP/DF esta lançando mais uma campanha de filiação, o objetivo central é...*

A: 25	A: 25
B: 01	B: 02
C: 01	C: 02
Branco: 01	Branco: 02
Nulo: 01	Nulo: 02

*...fortalecer ainda mais a nossa entidade. Um sindicato só é forte quando grande parte da categoria é filiada ao mesmo, é mais forte ainda, quando os trabalhadores participam...*

Sim: 25	Sim: 29
Não: 01	Não: 00
Branco: 00	Branco: 04
Nulo: 00	Nulo: 00

*...do dia-a-dia, contribuindo com propostas e decidindo sobre a vida e os rumos a serem tomados.*

*A Secretaria de Filiação mandou confeccionar camisetas alusivas a campanha de filiação que...*

Sim: 22	Sim: 25
Não: 02	Não: 03
Branco: 02	Branco: 05
Nulo: 00	Nulo: 00

*...tem o seguinte mote: "...sonho que se sonha só é apenas um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade...", cada novo filiado recebe uma camiseta. Foram confeccionados painéis...*

A: 15	A: 05
B: 16	B: 12
C: 19	C: 15
D: 02	D: 06
Branco: 01	Branco: 04
Nulo: 00	Nulo: 00

*...que serão fixados nos locais de trabalho, e distribuído fichas de filiação para os delegados sindicais.*

*Não fique só, fique sócio. Venha participar dessa luta conosco.*

Sim: 22	Sim: 18
Não: 02	Não: 08
Branco: 02	Branco: 07
Nulo: 00	Nulo: 00

**EXPEDIENTE**

Este jornal é de responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – SBS, Q. 1, Ed. Seguradoras, 16º e 17º andares – Brasília/DF – CEP: 70300-500 – Fone: 321-1183 – E-mail: imprensa@sindsep-df.com.br – Fax: 225 0699. Fundado em 28/8/87 – Registro MTb Nº 1564 CGC: Nº 03.656.576/0001-08.

Responsáveis pela Secretaria de Imprensa: Luiz Bicalho e Hermes Araújo – Conselho Editorial: Luiz Bicalho, Hermes Araújo, Luís Henrique Donadio, Ismael José César – Repórter-Fotográfico: Ronaldo Barroso RP 4736/DF – Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Izabel Alexandre – Tiragem: 12.000 – Impressão: Intergraf

# O SINDSEP CONSULTA OS SEUS FILIADOS

## Reforma da Previdência – PEC 40

Os servidores entraram em greve contra a PEC 40. As mudanças que tiveram na Câmara dos Deputados não mudaram o essencial. Continuamos perdendo, continuamos tendo que trabalhar mais para nos aposentarmos e a nossa aposentadoria integral está indo para o ralo (mesmo tendo diminuído um pouco a facada em cima dos aposentados e pensionistas).

Agora, a reforma foi para o Senado Federal. A nossa decisão, junto com a Condsef, é continuar a luta, organizando uma caravana e uma paralisação no dia da votação da PEC no Senado. Qual a sua opinião sobre essa decisão?

---



---



---



---



---

## Na questão do reajuste salarial, o Sindicato deve:

( ) lutar pela inflação deste ano, mais a recuperação das perdas passadas, conforme prometido pelo candidato Lula

( ) lutar só pela inflação deste ano

( ) não lutar pelo reajuste, aceitar o que o Governo der

Justifique sua resposta.

---



---



---



---



---

**O Sindicato deve lutar por um plano de carreira para os companheiros do PCC e assemelhados, com a incorporação das gratificações ao salário-base e com a readequação de tabela?**

Sim ( ) Não ( ) Por que?

---



---



---



---



---

**O Sindicato deve lutar contra a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que reverte a transposição dos antigos celetistas para o RJU, implicando perda de direitos como anuênio, licença-prêmio, com a revogação da aposentadoria como servidor e a transformação da aposentadoria em aposentadoria pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social)?**

Sim ( ) Não ( ) Por que?

---



---



---



---



---

**Quais as formas de luta que o Sindicato deve adotar? (pode ser assinalada mais de uma resposta)**

a. Fazer uma paralisação (provavelmente no dia da votação da PEC 40 no Senado Federal) de advertência sobre a votação e sobre os outros pontos?

b. Fazer pressão parlamentar sobre a votação da PEC 40?

c. Negociar com o Governo o reajuste, a retirada da Adin e o plano de carreira?

d. Outras propostas.

---



---



---



---



---

**Você se dispõe a participar de uma assembléia geral no dia 17 de setembro (quarta-feira), às 12 horas, para discutir os resultados desta pesquisa e decidir, coletivamente com a diretoria do Sindicato, os rumos a serem tomados nesta e em outras campanhas?**

Sim ( ) Não ( ) Por que?

---



---



---



---



---

# Greve no Bacen conquista PCS

Depois de 15 dias de uma greve tensa e difícil, os servidores do Banco Central conquistaram o Plano de Cargos e Salários, que será encaminhado por meio de projeto de Lei à aprovação do Congresso Nacional. Em média, os reajustes são de 13%, extensivos aos aposentados, com índices maiores para técnicos (nível médio) e para os demais em início de carreira. Procuradores também são beneficiados.

A luta começou em novembro de 2001, com greve de três dias. A antiga direção do Banco prometeu a uma comissão mediadora de deputados federais que atenderia as reivindicações. Em junho de 2002, um projeto chegou ao Congresso. Mas, junto com o aumento das comi-



PARTE DOS INTEGRANTES DO COMANDO DE MOBILIZAÇÃO

## OUVIDO NA GREVE

*“Não suba de cabeça baixa, lute de cabeça erguida”  
 “Entrar para trabalhar é ajudar o governo a furar a greve”  
 “O PCS é pra todo mundo... e a greve também”  
 “Quando você estiver recebendo os benefícios do PCS, lembre que ele foi conquistado por quem fez a greve”  
 “Companheiro, respeite a decisão coletiva, participe da Assembléia. A luta continua”*

sões, ele era voltado para criar uma “gratificação de desempenho” que, apesar de gerar ganho imediato, abria a porta para demissões. Os técnicos também não eram atendidos. Diante da resistência dos servidores, o governo transformou o projeto na MP 45. Em dezembro de 2002, com base num acordo feito com representantes do novo governo eleito, o funcionalismo pediu aos deputados o voto contra a MP 45, que foi rejeitada pela Câmara Federal.

Em 2003, depois de muitas negociações com o Banco, uma proposta foi submetida aos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Casa Civil. Em todo esse período, o SINDSEP combinou a defesa do PCS com a luta contra o PL 9 (criação dos fundos de pensão).

## LUTA CONJUNTA: PCS JÁ, PEC 40 JAMAIS!

Enquanto o PCS seguia para os ministérios, o governo apresentava a PEC 40 no Congresso. Iniciava-se a mobilização nacional dos servidores em defesa da previdência pública e solidária. Embora as duas questões sejam do interesse de todos, há setores que são mais sensíveis a uma do que a outra. Por isso, somente a luta conjunta, contra a PEC 40 e a favor do PCS, poderia levar ao sucesso da mobilização nas duas frentes. Foi o que aconteceu.

A presença maciça de servidores do Bacen nas três marchas à Brasília e os vários dias de greve contra a PEC 40, com maior índice de adesão registrado em 5 e 6 de agosto, construíram, nacionalmente, as condições para uma resposta firme



PARTE DO GRUPO DOS TÉCNICOS. À ESQUERDA, DE PALETÓ, MARANHÃO (SINTBACEN)

quando a negociação do PCS emperrou.

Em 28 de agosto, depois da apresentação de uma contra-proposta muito rebaixada e rejeitada pelo funcionalismo e com o governo tendo interrompido as negociações, a greve é decretada. Ninguém imaginava que ela duraria tanto tempo. Depois que a negociação foi retomada, chegou-se a cogitar a suspen-

são da greve mas o debate nas Assembléias deixou claro que a disposição da categoria era de só voltar ao trabalho depois que o governo apresentasse uma proposta aceitável. Uma guerra de nervos se instalou porque, por várias vezes, o governo apresentava propostas para depois retirar, divulgava informações que depois eram desmentidas, de modo que a situação foi tensa durante toda a greve.

Na quarta-feira, dia 10.09, finalmente, o governo apresentou uma nova tabela, melhorando em cerca de 20% a sua contra-proposta inicial. Em Assembléias, no dia 11, o funcionalismo decidiu aceitá-la. Agora, será redigido o acordo formal e haverá negociações sobre outros pontos. A luta continua!



DA ESQUERDA PARA A DIREITA: NIRALDO (DELEGADO SINDICAL DO SINDSEP), CALOVI (SINAL) E CARDONI (SINDSEP)

## VITÓRIA DA UNIDADE

Além do SINDSEP, filiado à CUT e à Condsef, há dois outros sindicatos que atuam no BC, Sinal e Sintbacen, ambos sem filiação confederativa. A Delegacia Sindical do SINDSEP começou a ser organizada pelo companheiro José Lourenço depois que, em 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou que os funcionários do BC, antes considerados bancários, são submetidos ao RJU.

A situação de pluralidade sindical foi enfrentada com um permanente e sistemático trabalho em defesa da unidade do funcionalismo, ao redor da luta por suas reivindicações, permitindo que os três sindicatos passassem a ter uma atuação conjunta, re-

alizando Assembléias unificadas e constituindo um Comando de Mobilização unitário. Com a independência do movimento preservada e garantida a democracia, não tardou para a luta dos servidores do Bacen se desenvolver e agora se expressar com toda força na greve.



JOSÉ LOURENÇO (SINDSEP)

## OS GANHOS DO PCS

Embora não reponha todas as perdas salariais, a proposta do governo aproxima os vencimentos do BC às carreiras congêneres do serviço público. O principal ganho de longo prazo é a incorporação parcial de gratificações. O vencimento básico dos técnicos passa a ser de R\$ 1.287 em início de carreira (R\$ 2.231 com gratificações) e R\$ 2.004 no fim; com as gratificações, e depois de trinta anos, pode chegar a R\$ 3.468. Para os analistas, o VB do início passa a R\$ 3.030 (ou R\$ 5.009, com gratificações) e, no fim, para os que tiverem título de doutorado e após trinta anos, chega a R\$ 7.851.